

“PARA INGLÊS VER”? ANÁLISE LINGUÍSTICO- DISCURSIVA SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA RIO CRIANÇA GLOBAL (SME/RJ)

Nathália da Silva de Oliveira

Orientadora: Maria Del Carmen Daher

Teses ou dissertações recentes

RESUMO: Este trabalho teve como foco de análise o Programa Rio Criança Global (PRCG) criado, em 2009, pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/RJ) em “parceria” com o curso de idiomas Cultura Inglesa, uma instituição que oferece serviços privados. Nesta parceria entre setor público e privado, a Cultura Inglesa, entre outras atribuições, responde pela seleção de professores em concurso público, pelo acompanhamento pedagógico dos docentes e pela elaboração do material didático. Desta forma, esta pesquisa buscou responder às seguintes questões: Como se faz possível dentro de uma rede pública a presença de um programa estabelecido em associação com um curso de idiomas privado? O PRCG contempla princípios e práticas pedagógicas previstos na legislação educacional brasileira? A coleção didática *Interaction ED* contempla as exigências do PNL D, especificamente o PNL D Língua estrangeira - anos finais do Ensino Fundamental? A partir dessas perguntas que nortearam nossa análise, foram nossos objetivos: (a) reunir informações acerca do contexto em que se insere o PRCG; (b) conhecer os textos legais que dão sustentação ao programa; (c) verificar como o PRCG se adequa a princípios e práticas pedagógicas garantidas na legislação educacional brasileira em vigor; (d) analisar a partir de critérios estabelecidos pelo PNL D o Manual do professor e (e) identificar, do ponto de vista discursivo-enunciativo, como se estabelece a interação enunciativa do livro didático (LD) e coenunciadores professor e aluno na coleção *Interaction ED*. Nossa vinculação acadêmica considera saberes diversos, escolhas feitas pelo pesquisador e pauta-se numa concepção de Linguística Aplicada que visa responder a demandas advindas do social. Na área dos estudos da linguagem, recorre a pressupostos teóricos da Análise do Discurso de base enunciativa e às categorias de prática discursiva

(FOUCAULT, 2014; MAINGUENEAU, 1997) e cenografia discursiva (MAINGUENEAU, 2008). As conclusões do estudo remetem a um ensino-aprendizagem instrucional, comum a uma concepção de educação como serviço pedagógico que se distancia de princípios e práticas pedagógicas previstas pela atual legislação educacional brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Rio Criança Global, ensino de inglês, trabalho do professor

INTRODUÇÃO

Em 2009, a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/RJ) implantou o Programa Rio Criança Global (PRCG), com o objetivo, segundo o decreto n.º 31.187, de intensificar e estender o ensino da Língua Inglesa a todas as escolas de sua rede. Este programa, segundo a SME/RJ, está inserido nos projetos de desenvolvimento social que a prefeitura denominou “Legado da Cidade para Copa de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos” e conta com a “parceria” da Cultura Inglesa¹ que investe em capacitações para os professores semestralmente. Além disso, cada escola recebe o livro didático, elaborado pela editora responsável pelo desenvolvimento de material didático do curso de idiomas, para todos os alunos do 1º ao 9º ano a ser seguido pelos professores.

Justificamos o nosso tema, principalmente, pela minha atividade profissional. Sou professora de Língua Inglesa há mais de dez anos, tendo trabalhado em instituições particulares e públicas. Em 2010, por conta do mencionado programa, a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro realizou concurso público para o cargo de Professor I - Inglês com 400 vagas. O concurso público foi realizado em três etapas: a primeira consistia em uma prova objetiva com questões específicas da área e questões pedagógicas. Ao ser aprovado nesta etapa, o candidato era convocado para uma prova oral. Esta etapa era realizada por professores da Rede Municipal e professores vinculados à Cultura Inglesa. A última etapa do concurso constituía-se da prova de títulos.

Ao chegar à escola. Fui informada de que a disciplina de língua inglesa estava submetida ao Programa Rio Criança Global, e que os livros didáticos usados eram adquiridos através da Cultura Inglesa, apesar da escola receber os livros de forma gratuita pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Além disso, os professores eram submetidos a uma forma de treinamento denominada “Revitalização”.

Diante de tal imposição, perguntei-me como ficaria a autonomia do professor inserido nesse programa, já que as atividades a serem trabalhadas com as turmas vinham prontas, as

aulas e seus “conteúdos” sequenciados ao longo do semestre, sem considerar as diferentes realidades de cada turma. Recebíamos tudo pronto e “embalado para presente”.

Assim, constituiu-se a pesquisa que procura responder às seguintes perguntas:

- a) Como se faz possível dentro de uma rede pública a presença de um programa estabelecido em associação com um curso de idiomas privado?
- b) O PRCG contempla princípios e práticas pedagógicas previstos na legislação educacional brasileira?
- c) A coleção didática *Interaction ED* (Manual do professor e Livro do aluno) contempla as exigências do PNLD, especificamente o PNLD Língua estrangeira - anos finais do Ensino Fundamental?

Desta forma, foram traçados os seguintes objetivos:

- reunir informações acerca do contexto em que se insere o PRCG;
- conhecer os textos legais que dão sustentação ao programa;
- verificar como o PRCG se adequa a princípios e práticas pedagógicas garantidas na legislação educacional brasileira em vigor;
- analisar a partir de critérios estabelecidos pelo PNLD o Manual do professor; e
- identificar, do ponto de vista discursivo-enunciativo, como se estabelece a interação enunciador do livro didático (LD) e coenunciadores professor e aluno na coleção *Interaction ED*.

Nossa pesquisa está inserida no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense, junto à linha de pesquisa Teoria do Texto, do Discurso e da Interação e segue pressupostos teóricos da Análise do Discurso (AD) de base enunciativa. Pauta-se em uma concepção de Linguística Aplicada (LA) que visa responder as demandas advindas do social. De acordo com Rocha e Daher (2015), as ciências aplicadas sempre foram vistas como inferiores comparadas as ciências puras, uma vez que eram concebidas “como independentes de qualquer forma de trabalho predominantemente teórico” (ROCHA; DAHER, 2015, p. 108).

De grande contribuição para AD são as orientações de Foucault (2014a, 2014b) no que tange à noção de discurso e seus diferentes modos de existência. Além disso, buscamos em Maingueneau (1997, 2008a; 2008b; 2010; 2013; 2014; 2015) contribuições referentes à enunciação, às práticas discursivas e ao contexto.

Com base nessas noções e com o objetivo de responder às perguntas de pesquisa, reunimos diferentes textos sobre o Programa Rio Criança Global que integram uma mesma teia

discursiva. Os textos, em sua maioria, são veiculados no site da SME/RJ. Além disso, verificamos o que dizem os documentos que norteiam o trabalho do professor e analisamos o Manual do professor da coleção *Interaction ED 1 e 8* utilizado pelo Programa.

DOCUMENTOS QUE NORTEIAM O TRABALHO DO PROFESSOR

a) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) e os Parâmetros Curriculares Nacionais-Língua Estrangeira (PCN-LE)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional³ (LDBEN - Lei 9.394/96) é a lei que rege a educação brasileira nos dias de hoje. Determina a inclusão nas escolas brasileiras o ensino de LE como componente curricular obrigatório da parte diversificada do currículo, a partir do 6º ano do Ensino Fundamental. Essa obrigatoriedade estende-se até o último ano do Ensino Médio⁴. Determina, ainda, que uma segunda LE seja oferecida com caráter optativo.

Com a obrigatoriedade do ensino de LE garantida pela LDBEN 9.394/96, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira anos finais do ensino fundamental (doravante PCN-LE)⁵, foram publicados em 1998. Os PCN têm por objetivo auxiliar os profissionais da educação, especialmente professores, na reflexão e discussão de sua prática cotidiana. É importante ressaltar que este é um documento aberto a adaptações necessárias à diversidade de situações educacionais brasileiras.

O documento defende que se privilegie, na maior parte das escolas brasileiras, pelo menos o trabalho com a leitura⁷, já que o desenvolvimento desta habilidade atende tanto às necessidades da educação formal, quanto o uso que o aprendiz fará do idioma em seu contexto social. E afirma:

A leitura tem função primordial na escola e aprender a ler em outra língua pode colaborar no desempenho do aluno como leitor em sua língua materna. Deve-se considerar também o fato de que as condições na sala de aula da maioria das escolas brasileiras (carga horária reduzida, classes superlotadas, pouco domínio das habilidades orais por parte da maioria dos professores, material didático reduzido a giz e livro didático etc.) podem inviabilizar o ensino das quatro habilidades comunicativas. Assim, o foco na leitura pode ser justificado pela função social das línguas estrangeiras no país e também pelos objetivos realizáveis tendo em vista as condições existentes (PCN-LE, 1998, p.20 e 21).

Além disso, os PCN-LE remetem à importância de garantir a alunos e professores autonomia no processo de ensino/aprendizagem de uma LE. Ao professor cabe exercer seu sentido crítico na escolha de conteúdos e dos materiais utilizados em sala de aula.

Após esta breve apresentação dos documentos nacionais, falaremos sobre o PNLD.

b) O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem por objetivo “prover as escolas públicas de ensino fundamental e médio com livros didáticos e acervos de obras literárias, obras complementares e dicionários” (FNDE - disponível em: <http://www.fnde.gov.br/>).

De acordo com o site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o PNLD é o programa mais antigo voltado à distribuição gratuita de material didático para as escolas públicas de todo o Brasil.

O programa é executado em ciclos trienais. Em um primeiro momento, abre-se um edital com os critérios para que as editoras possam inscrever os livros. Depois, os livros são avaliados, por especialistas de Institutos de Ensino Superior (IES), que trabalham com a formação docente, e professores de escolas públicas brasileiras. A escolha dos avaliadores se dá por sorteio público entre os inscritos no Banco de Avaliadores do MEC10. Os avaliadores elaboram o *Guia do Livro Didático*, com resenhas sobre cada obra aprovada. Feito isso, as escolas recebem o guia e os professores têm total autonomia para escolher o livro didático que melhor se ajusta ao seu planejamento pedagógico. Após a escolha, o FNDE fica responsável por adquirir e repassar para as escolas, que aderem ao programa, os livros didáticos escolhidos.

Os livros didáticos selecionados pelo MEC, como mencionado acima, passam por uma minuciosa avaliação, o que não acontece com os livros utilizados pelo Programa Rio Criança Global. O edital de convocação do PNLD 2017 declara que as coleções didáticas devem privilegiar a construção compartilhada do conhecimento e a importância do papel do professor, isto é, o livro didático deve complementar a prática do professor, não guiar sua ação. Por isso, o edital estabelece que as coleções que serão submetidas à análise, estejam de acordo com os documentos oficiais que norteiam a educação brasileira e incluam propostas que favoreçam a prática docente. O documento também estabelece que o tratamento interdisciplinar deve ser prioritário, ou seja, os temas devem ser social e culturalmente relevantes.

Após estas considerações, apresentaremos de forma breve nossa metodologia de pesquisa e base teórica.

CONCEITOS E TRAJETÓRIA DA PESQUISA

O Programa Rio Criança Global é o centro de nossas investigações e durante o caminho percorrido na análise reunimos textos heterogêneos que circulam em diferentes esferas. Além disso, nos dedicamos à releitura de documentos que regem a educação brasileira e os que a parametrizam. Este percurso permitiu-nos refletir sobre o contexto em que se inscreve o PRCG e percebemos que o LD é o ponto central do programa, uma vez que todas as atividades com os alunos são desenvolvidas a partir dele.

Levando em consideração a necessidade de recorte para a análise, decidimos trabalhar a partir do MP que apresenta introdução comum a todos os livros dessa coleção, os planos de aula e as atividades referentes ao capítulo 1 do livro *Interaction ED 1* (6º ano) e o capítulo final do livro *Interaction ED 8* (9º ano).

Para este artigo, analisaremos a parte inicial da introdução do MP e uma atividade de cada LD escolhido.

Os conceitos que orientam este trabalho são advindos da Análise do Discurso Francesa de base enunciativa (MAINGUENEAU 1997, 2008a, 2008b, 2014). Nossa vinculação acadêmica considera saberes diversos, experiências, e as escolhas feitas pelo pesquisador. Nas palavras de Daher (2014, p.309), “nosso entendimento é o de que nos situamos a partir de entrecruzamentos, condições de observações, de constatações que, a sua vez, resultam de possibilidades de saberes, que expressam e vinculam sentidos”. Muitos são os confrontos e desconfortos envolvidos nesse processo, todavia é a partir deles que problematizamos a imagem do professor de língua inglesa construída pelo programa Rio Criança Global como objeto de estudo.

Recorreremos à noção de prática discursiva (FOUCAULT, 2014a; MAINGUENEAU, 1997) e à compreensão de que o enunciado “é sempre um acontecimento que nem a língua, nem o sentido podem esgotar inteiramente (FOUCAULT, 2014a, p.34).

Para Maingueneau não é possível pensar que o funcionamento de uma sociedade seja exterior à produção de seu discurso. Deste modo, o autor define o conceito de prática discursiva e afirma que uma atividade discursiva possui duas faces: a social e a textual.

Em nossas análises verificamos que a Cultura Inglesa aparece, muitas das vezes, como fonte legitimadora de um discurso de autoridade. Maingueneau (2008a) ao falar sobre esse tema, remete-nos a uma categoria de análise denominada discursos constituintes. Segundo o autor, a

pretensão desses discursos é não reconhecer outra autoridade além da sua própria, “de não admitir quaisquer outros discursos acima deles” (MAINGUENEAU, 2008a, p.37).

Maingueneau ressalta que a forma de existência dos discursos constituintes não é estanque. Cada discurso constituinte atravessa e é atravessado por outros discursos que passam por reformulações constantes, dando sentido aos atos de uma sociedade. No caso das “dicas metodológicas”, que vimos no capítulo anterior, estas estabelecem uma relação de autoridade que é ratificada através de uma fonte legitimadora, que pode ser identificada pela figura do curso de idiomas.

Outra categoria de análise que utilizaremos nesta pesquisa é a noção de cenografia discursiva, proposta por Maingueneau (1997, 2008a, 2013, 2014) e seus estudiosos Daher (2000); Rocha (2013) e Souza-e-Silva e Rocha (2012), que é entendida como a “enunciação que, ao se desenvolver, esforça-se para constituir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala” (MAINGUENEAU, 2013, p. 98).

De acordo com Daher, a cenografia é entendida como “situação de enunciação que legitima cada discurso a partir da reunião de uma determinada locução discursiva, uma cronografia e uma topografia” (DAHER, 2000, p. 87), ou seja, todo texto implica na construção de uma forma de interação, a partir da articulação entre: EU \Leftrightarrow TU – AQUI – AGORA 26. A autora afirma que o enunciado, enquanto produto de uma enunciação, “carrega referências desse EU que se dirige a um TU (locução discursiva) ancorado num lugar (topografia) e num tempo (cronografia)” (DAHER, 2000, p. 87). Essas categorias de análise são importantes para nossa análise, pois possibilitaram identificar, do ponto de vista discursivo-enunciativo, como se estabelece a interação entre o enunciatador do LD e os coenunciadores professor e aluno na coleção *Interaction ED*.

Após estas considerações acerca do nosso percurso metodológico e conceitos teóricos, passamos à análise.

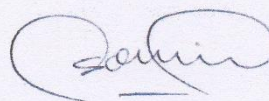
ANÁLISE DO MANUAL DO PROFESSOR

Destacamos a seção que aborda sobre a comunicação oral. No MP, esta vem assinada pelo Ex-ministro da Educação, Paulo Renato Costa Souza. Cabe aqui ressaltar nosso estranhamento com relação a essa escolha, tendo em vista que essa voz não se constitui como autoridade na área do ensino de LE. É comum a esse gênero a presença de teóricos de reconhecida relevância vinculados à linha teórica adotada pela coleção. Paulo Renato foi economista. Tornou-se professor titular de economia, na Unicamp e atuou como político no Brasil.

franca não só instrumentaliza pessoas de diferentes nacionalidades para se comunicarem, como também lhes oferece uma vantagem competitiva, possibilitando sua participação nesse cenário globalizado. Neste contexto, o papel da escola amplia-se para alinhar-se às necessidades que se impõem à formação do cidadão global. Além disso, dentre as demandas várias que se apresentam, destaca-se a necessidade de revisão do status do ensino de inglês, em sua eficiência e em sua abordagem. Conforme colocado pelo PNLD, a "qualidade na educação implica em proporcionar aos alunos o acesso aos conhecimentos relevantes para o exercício da plena cidadania", o que significa dizer que se deve fornecer aos alunos instrumentos necessários para expressarem e comunicarem suas ideias em diferentes contextos e de diferentes formas. A habilidade comunicativa está lá prevista quando se menciona a interação com o outro "de modo a poder agir no mundo social". Portanto, embora se reconheça a importância da competência leitora no processo de ensino-aprendizagem de língua estrangeira, faz-se mister, no momento atual, considerar igualmente as habilidades de comunicação oral para dar voz ao aluno-cidadão do século XXI. Fica claro que o momento histórico requer uma nova abordagem de ensino de língua estrangeira, abordagem essa que deve se refletir nas condições das salas de aula e nos materiais a serem utilizados, sejam eles impressos e/ou digitais. Os recursos disponibilizados para alunos e professores deverão ser relevantes e motivadores o suficiente para a co-construção de um pensamento crítico que "os leve a aprender mais sobre si mesmos e sobre um mundo plural, marcado por valores culturais diferentes".

Bibliografia

CRYSTAL, D. *English as a Global Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010
RICHARDS, J.C. and T.S. RODGERS. *Approaches and Methods in Language Teaching*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008



PAULO RENATO COSTA SOUZA

Paulo Renato Costa Souza foi um economista e político brasileiro. Formou-se em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, obteve o seu mestrado na Universidade do Chile e o doutorado na Unicamp, na qual tornou-se professor titular de economia. Ocupou cargos públicos e executivos no Brasil e no exterior, incluindo o de secretário da Educação do estado de São Paulo (1984-86 e 2009-10), o de reitor da Universidade Estadual de Campinas (1987-91) e o de ministro da Educação (1995-2002). Dentre as suas maiores realizações à frente do ministério da Educação, estão o ENEM e o SAEB.

Figura 1: *Interaction ED* – Introdução página V

Além disso, o texto assinado por Paulo Renato Souza utiliza-se de outras vozes para se legitimar, como a dos estudiosos Richards & Rodgers (2014) e David Crystal (2010) da área do ensino de línguas, como podemos verificar a seguir:

Richards & Rodgers (2004:18), em seu livro sobre métodos no ensino de línguas, sugerem a existência de um paralelo entre as mudanças de abordagens pedagógicas e os momentos históricos em vigor [...] **David Crystal** (2010:xiii) enfatiza o “papel fundamental de uma língua comum, como um recurso mundial que nos oferece possibilidades sem precedentes para compreensão mútua, que nos capacite a encontrar novas oportunidades para cooperação internacional” (Coleção Interaction ED, introdução IV - grifo nosso).

Ao trazer essas vozes é clara a busca de adesão do coenunciador professor, uma vez que muito se tem discutido sobre a cultura do método²⁸ e as mudanças das abordagens pedagógicas. No fragmento destacado é interessante observar a estratégia utilizada pelo enunciador para defender sua visão sobre a importância da comunicação oral: este recorre ao ex-ministro, que por sua vez utiliza-se dos teóricos da área, para legitimar seu discurso. Desta forma, o enunciador do LD posiciona-se como conhecedor do ensino de LE e das práticas docentes referentes a este componente curricular. Maingueneau afirma que o enunciador citado, no discurso relatado, aparece “como a autoridade que protege a asserção” (MAINGUENEAU, 1997, p. 86). E é justamente o que se verifica nesta seção. O texto aborda as mudanças na ordem política e econômica que estão ocorrendo por conta do processo de globalização e aponta que o momento requer uma nova abordagem de ensino de LE.

Para analisarmos as atividades que compõem o material didático, trouxemos duas atividades que trabalham a oralidade do livro *Interaction ED 1* e 8, uma vez que o material afirma que o desenvolvimento desta habilidade é de grande importância. O desenvolvimento da comunicação oral, junto a competência leitora, é uma das habilidades priorizadas na coleção e pelo próprio PRCG. Na unidade analisada do *Interaction ED 1*, há duas atividades dedicadas à essa habilidade.

O desenvolvimento da comunicação oral, junto a competência leitora, é uma das habilidades priorizadas na coleção e pelo próprio PRCG. Na unidade analisada do *Interaction ED 1*, destacamos uma atividade dedicadas à essa habilidade.

CONVERSATION

Habilidade comunicativa: Apresentar-se e fornecer informações pessoais.

W3 CONVERSATION

- › C1 Mostre a foto e diga: "This is Alice. She's an exchange student". Explique o significado de *exchange student*. Explique o contexto e a atividade. Toque o áudio para os alunos dizerem se as frases são verdadeiras (*true*) ou falsas (*false*). Confira as respostas.
- › C2 Mostre o diálogo e toque o áudio para repetição de cada fala.
- › C3 Leia o enunciado e explique a atividade. Os alunos leem as informações e preenchem as lacunas. Toque o áudio para conferência e repetição das falas.
- › C4 Repita o mesmo procedimento.
- › C5 Aponte para o balão de fala com as frases incompletas. Peça aos alunos que, individualmente, completem as frases com informações sobre si próprios.
- › Em seguida, divida a turma em pares e peça a eles que se apresentem para os colegas, usando essas frases. Circule pela sala, monitorando os alunos e ajudando-os sempre que necessário.

Figura 2: *Interaction ED 1* página 9

O plano de aula determina ao professor que coloque o áudio relativo à atividade. Após a audição, os alunos devem completar o exercício projetado e, em seguida, a turma é dividida, a em pares, para que eles reproduzam os diálogos ouvidos. Trata-se de um exercício de repetição, uma atividade controlada que não constitui uma efetiva interação, um diálogo. Esta habilidade é também trabalhada no livro *Interaction ED 8*.

CONVERSATION

Habilidade comunicativa: Falar sobre previsões para o futuro.

W28 CONVERSATION

- › C1 Mostre a imagem e diga: "These are Deborah and her mom. They're talking about the future." Chame a atenção dos alunos para os verbos na caixinha. Diga que eles têm de completar o diálogo com esses verbos no futuro. Confira as respostas na tela.
- › C2 Mostre o diálogo e toque o áudio para repetição de cada fala.
- › Divida a turma em dois grandes grupos, A e B. Os grupos ouvem as falas novamente. O grupo A repete as falas de Deborah, e o grupo B, as falas da mãe. Inverta os papéis dos grupos.

Trata-se de um exercício projetado para a turma. Após a audição, a turma é dividida em pares, para que eles reproduzam os diálogos ouvidos. Trata-se de um exercício de repetição, uma atividade controlada que não constitui uma efetiva interação, uma habilidade é também trabalhada no livro *Interaction*

Figura 3: *Interaction ED 8* página 34

O que se verifica é que não há muita diferença entre o que foi proposto no livro usado pelo 6º ano e o do 9º ano. O professor coloca o áudio, os alunos ouvem e repetem e, em seguida, são divididos em duplas ou em dois grandes grupos para reproduzirem os diálogos. Observamos que as atividades digitais produzidas para a coleção *Interaction ED*, são a base para o desenvolvimento de todas as atividades propostas no LD, desde jogos até apresentação e prática de itens lexicais e gramaticais, substituindo o professor de LE. É importante ressaltar que nem todas as escolas da rede contam com projetores ou tem manutenção dos aparelhos. Em minha escola de origem, por exemplo, todas as salas possuem projetores e caixas som, mas não conseguimos usá-los, devido à falta de manutenção dos aparelhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de nossa análise, foi possível identificar os objetivos e funcionamento do programa. A “parceria” entre a Cultura Inglesa e a SME/RJ que vai desde a seleção de professores até a compra e produção de material didático teve destinação de verba com valores bem altos. Vimos também, que a empresa é a responsável por “revitalizar” as práticas pedagógicas docentes daqueles que foram selecionados pela instituição pública e pela própria empresa. A existência de programas como PRCG encontra apoio em discursos naturalizados que afirmam o fracasso da escola pública: porta de entrada das instituições privadas no serviço público. Surgem, nesse contexto, como “salvadoras da Pátria”, redentoras, único meio de mudar a educação pública.

Através dos estudos enunciativos de Maingueneau (1997, 2008a, 2013, 2014), Daher (2000, 2014), foi possível observar no nosso espaço discursivo como se materializam nos enunciados as relações de poder e a legitimação das vozes de autoridade.

Por meio das análises foi possível notar que o papel do professor no PRCG é quase nulo ou inexistente. A imagem construída é de um profissional passivo e incapaz de gerir sua própria sala de aula, o seu trabalho. Por trás dos discursos de “qualidade” na Educação e de equalização das diferenças, nos deparamos com o controle das práticas docentes e um ensino afastado do que se espera na Educação Básica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9.394 de 20 dez.1996.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira*. Brasília: Ministério da Educação, 1998.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. *Orientações Curriculares para o ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias – conhecimentos de línguas estrangeiras*. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. Edital de Convocação 02/2015 - CGPLI - PNLD 2017. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-editais/item/6228-edital-pnld-2017>

BOYCE, P. *Interaction ED 1: teacher's book*. Rio de Janeiro: Learning Factory, 2011.

DAHER, D. *Discursos presidenciais de 1o de maio: a trajetória de uma prática discursiva*. (Tese de Doutorado em Linguística Aplicada ao ensino de línguas). PUC-SP: 2000.

_____. SANT'ANNA, V. *Avaliação do livro didático de língua estrangeira: em busca de um objeto ético*. In: *Dez Anos da "Lei do Espanhol" (2005-2015)*. Belo Horizonte FALE/UFMG 2016.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a.

_____. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014b.

MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas/SP: Pontes, 1997.

_____. *Termos-Chave da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

_____. *Cenas da Enunciação*. São Paulo: Parábola, 2008a.

_____. *Gênese dos Discursos*. São Paulo: Parábola, 2008b.

_____. *Doze Conceitos em Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. *Análise de Textos de Comunicação*. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. *Frases sem Textos*. São Paulo: Parábola, 2014.

_____. *Discurso e Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola, 2015.

VEIGA, I, F. da. *Interaction ED 8: teacher's book*. Rio de Janeiro: Learning Factory, 2014.